



## Relatório Circunstanciado do Poder Executivo

Conforme prevê a Resolução nº 1.099/2018 desta Egrégia Corte de Contas, encaminhamos o Relatório sobre a gestão das atividades públicas realizadas no Município, relativo ao exercício de 2019, no que se refere à Administração Direta.

Destaca-se que seguem nesta Prestação de Contas os seguintes documentos:

- a) Balanço Orçamentário;
- b) Balanço Financeiro;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e) Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária, exercício 2019;
- f) Alterações nas Leis referidas na letra “e”, relativas ao exercício de 2019, bem como os Decretos e Mapa de Créditos;
- g) Declaração firmada pelo Contabilista e ratificada pelo Prefeito sobre as conciliações bancárias e seu resultado;
- h) Relatório e Parecer do Responsável pelo Controle Interno, atinentes à administração do Executivo Municipal, bem como os Pareceres sobre a gestão dos recursos vinculados à MDE e às Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- i) Relatório e Parecer do Conselho de acompanhamento e controle social do FUNDEB;
- j) Relatório e Parecer do Conselho Municipal de Saúde;
- l) Declaração do Administrador de que os agentes públicos que desempenhem atividades nessas instituições estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas.

### 1 – Execução Orçamentária

Os efeitos da receita e da despesa pública sobre o orçamento e sobre o Patrimônio, constam nos demonstrativos orçamentários e contábeis anexos na presente Prestação de Contas. A receita arrecadada foi de R\$ 47.721.325,89 e a despesa realizada somou R\$ 41.456.910,34 resultando em um superávit de R\$ 6.264.415,55.



## 1.1 - Limites de Despesas com Pessoal e Endividamento

O presente item deixa de ser abordado por já constituir processo próprio da Gestão Fiscal e encaminhado ao Tribunal no período correspondente, juntamente com o Sistema para Informações e Auditoria para Prestação de Contas - SIAPC relativos ao exercício de 2019. No entanto, informamos que os respectivos percentuais ficaram abaixo dos limites definidos na LRF, ficando em 43,26% e 1,61% para Poder Executivo e Legislativo respectivamente. Com relação ao Endividamento, constatou-se que a Dívida Consolidada Líquida está dentro dos limites definidos pelo STN.

## 2 – Das Metas Previstas no Plano Plurianual - PPA

O cumprimento dos programas de governo, metas e suas ações, no exercício que se encerrou em 31-12-2019, foram analisados e apresentados por ocasião da realização das audiências públicas para avaliação do cumprimento das metas fiscais.

### 2.1 - Das principais realizações em 2019

No decorrer do exercício talvez uma das maiores realizações do nosso município foi manter o equilíbrio financeiro das contas do erário público, apesar da crise financeira constatada a nível nacional.

Ademais foram feitas as seguintes aquisições ou melhorias para o patrimônio público municipal de nosso Município:

- Aquisição de Veículo Ambulância Tipo Van Renault	178.500,00
- Aquisição de Retroescavadeira marca Case	229.000,00
- Aquisição de Veículo Ambulância Chevrolet Montana	89.500,00
- Aquisição de Veículo Fiat Cronos	60.000,00
- Aquisição de Veículo Van 16 lugares	166.500,00
- Aquisição de Diversos Equipamentos	172.848,90
- Pavimentação de Ruas com Calçamento e Asfalto na cidade e Interior	3.207.390,08
- Construção, Ampliação e Reformas no Ginásio 3 de Junho e Quadras Esportivas	187.138,03
- Instalação de Trocador calor para Piscina do CAI	19.000,00
- Instalação de Trocador calor Piscina da EMEF. Érico Veríssimo	19.000,00
- Construção de uma Ponte – Contrato nº 047/2019	52.300,80
- Construção, Ampliação e Reformas em Escolas Municipais	176.355,96

**TOTAL DOS INVESTIMENTOS LISTADOS:**

**R\$ 4.557.533,77**



### 3 – Das Informações sobre Vinculações Constitucionais

#### 3.1 - Recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, incluindo os Recursos do FUNDEB

No exercício em análise, foram investidos R\$ 8.876.331,17 na MDE, o que corresponde a 31,76% da receita resultante de impostos e transferências.

O valor despendido na MDE pode ser assim identificado:

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR
2028 – Manutenção Secretaria da Educação	304.535,84
1022 – Aquisição de Equipam. SMEC	2.385,00
1023 – Man. Ampl. Escolas	79.036,88
1114 – Equip. Escolas	24.142,68
2033 - Manutenção Ensino Fundamental	711.110,56
2034 - Remuneração Prof. Ensino Fund.	3.551.647,19
2067 - Gasto 40% FUNDEB	432.210,78
2118 – EJA	28.709,23
2036 – Transporte Ensino Fundamental	594.050,55
2038 – Treinamento Professores	13.946,48
2103 – Manutenção Educação Especial	179.371,29
2121 – Rem. Prof. Educ. Especial	534.185,07
1054 – Equip. Pré-Escola	62.979,00
1098 – Man. Ampliação Escolas Pré-Esc.	40.457,06
2109 – Manutenção Pré-Escola	358.823,30
2110 – Rem. Prof. Pré-Escola	509.759,64
2119 – Transporte Pré-Escola	39.896,80
2116 – Educ. Especial Pré-Escola	12.684,13
1077 – Equip. Creches	4.130,00
1097 – Man. Ampl. Creches	22.193,52
2041 – Manutenção Creches	862.171,51
2111 – Rem. Prof. Creches	662.950,43
2117 – Educ. Especial Creche	2.140,86
(-) Ganhos com o FUNDEB	-156.770,58
(-) Desp. Liq. Rend. FUNDEB e MDE	-416,05
<b>TOTAL</b>	<b>8.876.331,17</b>



### 3.2 - Recursos aplicados nas Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS

No exercício em análise, a execução orçamentária demonstrou a aplicação de R\$ 5.925.031,40, nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, representando 21,20 % da Receita base de cálculo descrita nos termos da legislação vigente.

O valor despendido nas ASPS pode ser assim identificado:

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR
2005 – Manutenção Secretaria da Saúde	443.396,04
1005 – Equip. Atenção Básica	103.747,65
1074 – Constr. Reform. USB	85,96
2006 – Transporte Saúde	785.173,48
2008 – PACS E PSF	895.987,45
2009 – Atendimento Odontológico	430.709,41
2063 – Hosp. Labor. e Outr. At.Bás.	641.357,44
2122 – Assist. Médica População	1.896.639,95
2101 – Convênio SAMU/SALVAR	122.785,08
2065 – Manutenção CAI	25.594,72
2123 – Hosp. Lab. Outros MAC	357.024,20
2124 – Assist. Farmacêutica	202.750,95
2125 – Vigilância Sanitária	15.361,07
2126 – Vigilância em Saúde	4.418,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.925.031,40</b>



#### 4 – Do Desempenho da Arrecadação conforme art. 58 da Lei de Responsabilidade Fiscal

A Receita orçamentária teve o seguinte desempenho no exercício que se encerrou:

Discriminação	Previsão Anual Atualizada	Realiz. no Período	% Real. Período
<b>1 – Receitas Correntes</b>	<b>40.653.712,99</b>	<b>40.796.334,67</b>	<b>100,35%</b>
Receita Tributária	3.483.770,52	2.844.254,80	81,64%
Receita de Contribuições	1.687.000,00	1.511.662,58	89,61%
Receita Patrimonial	4.069.964,64	5.185.446,81	127,41%
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00%
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00%
Receita de Serviços	913.100,00	872.240,46	95,53%
Transferências Correntes	30.251.949,61	30.186.516,43	99,78%
Outras Rec. Correntes	247.928,22	196.213,59	79,14%
<b>2 – Receitas de Capital</b>	<b>9.249.392,47</b>	<b>4.088.342,08</b>	<b>44,20%</b>
Operações de Crédito	5.680.375,46	2.609.165,00	45,93%
Alienação de Bens	185.000,00	55.000,00	29,73%
Amort. de Empréstimos	259.500,00	399.559,96	153,97%
Transfer. de Capital	3.124.517,01	1.024.617,12	32,79%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,00%
<b>4 - Receitas Intra-Orçam</b>	<b>2.710.000,00</b>	<b>2.836.649,14</b>	<b>104,67%</b>
<b>Total da Receita</b>	<b>52.613.105,46</b>	<b>47.721.325,89</b>	<b>90,70%</b>

#### 4.1 - Análise quanto ao Desempenho da Arrecadação

##### 4.1.1-Quanto às Receitas Tributárias

A Receita Tributária atingiu ao final do exercício em análise o montante de R\$2.844.254,80, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 3.483.770,52, representa uma realização de 81,64% da projeção para o período.



DISCRIMINAÇÃO	Previsão Atualizada	Realizada no Período	% Real. / Prev.
<b>Impostos</b>	<b>2.693.239,00</b>	<b>2.206.527,27</b>	<b>81,93%</b>
I P T U	806.424,00	417.769,83	51,80%
I R R F	672.029,00	665.282,09	99,00%
I T B I	620.770,00	495.092,89	79,75%
I S S	594.016,00	628.382,46	105,79%
<b>Taxas</b>	<b>742.141,52</b>	<b>618.564,40</b>	<b>83,35%</b>
Taxas p/ Exerc.Poder de Polícia	333.481,52	268.048,00	80,38%
Taxas p/ Prestação de Serviços	408.660,00	350.516,40	85,77%
<b>Contribuição de Melhorias</b>	<b>48.390,00</b>	<b>19.163,13</b>	<b>39,60%</b>
<b>Total das Receitas Tributárias</b>	<b>3.483.770,52</b>	<b>2.844.254,80</b>	<b>81,64%</b>

#### 4.1.1.1 – Medidas no sentido de Recuperação de Créditos Tributários e Fiscalização da Receita

*Temos a informar que a maior parcela da Receita do Município, vem de fontes externas, através de transferências dos Governos da União e do Estado, sobre as quais a Administração Municipal não tem ação efetiva, limitando-se a registrá-las e controlar as suas aplicações.*

*Atualizamos os valores da avaliação Terra-Nua. Informamos à receita Federal, que gerou incremento significativo no ITR. Foram realizados treinamentos para fiscalização, no entanto o Município está aguardando a liberação de dados das declarações, por parte da Receita Federal, para realizar a fiscalização.*

*A receita própria, por força do sistema tributário nacional, se limita aos impostos: IPTU, ITBI, ISS, IRRF, Contribuição de Melhoria, Taxas e demais receitas. A Prefeitura mantém um pequeno número de fiscais, que visitam os estabelecimentos comerciais, verificando a sua regularidade junto ao fisco municipal, dá orientação e, se for o caso, aplicando as sanções cabíveis para que o custo não ultrapasse a arrecadação pelo princípio da economicidade.*

*O IPTU tem recebido um tratamento diferenciado, com cadastro imobiliário e embora não haja uma fiscalização direta em cada domicílio, nenhuma transação imobiliária é efetuada, sem a certidão de regularidade com o fisco municipal.*



*Destaca-se que o Município desenvolve o Programa de Integração Tributária em parceria com o Governo do Estado. E com o objetivo de melhorar a arrecadação do ICMS realiza revisão dos blocos dos produtores rurais, Guias Modelos A e B, sendo que também proporcionou o aperfeiçoamento do setor responsável através da realização de cursos.*

#### **4.1.1.2 – Ações no sentido de combate à Sonegação e Incremento de Receitas Tributárias**

*A Prefeitura promove a cobrança dos tributos municipais, inicialmente em caráter amigável, através de editais divulgados nos meios de comunicação existentes no município. Esgotados os meios amigáveis, a Prefeitura promove a cobrança por protesto junto ao Tabelionato, desde 2015, para posterior cobrança judicial. Cabe salientar que esse recurso é evitado por dois motivos: primeiro porque os processos judiciais se arrastam por longo tempo, frustrando a intenção da Prefeitura de disponibilizar os recursos no menor tempo possível, e segundo, por que as dívidas, na sua grande maioria são diminutas, não comportando a cobrança judicial, em face do seu elevado custo, o que torna a medida desgastante, deficitária e anti-econômica.*

*Foi realizada a revisão de tabelas para avaliação de imóveis rurais e urbanos, para fins de cobrança do ITB, o que gerou aumento da arrecadação.*

*Através de Lei Municipal foi proporcionado o parcelamento de débitos inscritos em dívida ativa, referente a créditos tributários, não tributários e em execuções fiscais.*

*Foi realizado o cálculo atuarial para reavaliar as alíquotas de contribuição do RPPS.*

#### **4.1.2-Quanto às Receitas de Contribuições**

A Receita de Contribuições atingiu ao final do exercício em análise o montante de R\$ 4.346.680,43, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 4.377.000,00, representa uma realização de 99,31% da projeção para o período.

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Previsão Atualizada no Período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real. / Prev.</b>
<b>Contribuições Sociais</b>	<b>3.892.000,00</b>	<b>3.908.736,42</b>	<b>100,43%</b>
Contribuições Previdenciárias	1.202.000,00	1.073.718,57	89,33%
Contrib. Previd. Intra-Orcam.	2.690.000,00	2.835.017,85	105,39%
<b>Contribuições Econômicas</b>	<b>485.000,00</b>	<b>437.944,01</b>	<b>90,30%</b>
Contribuição p/Custeio Ilum. Pública	485.000,00	437.944,01	90,30%
Outras Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00%
<b>Total das Receitas de Contribuições</b>	<b>4.377.000,00</b>	<b>4.346.680,43</b>	<b>99,31%</b>



#### 4.1.3-Quanto às Receitas de Transferências Correntes

As Receitas de Transferências Correntes atingiram ao final do exercício em análise o montante de R\$ 30.030.070,31, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 29.808.873,48, representa uma realização de 0,74% acima da projeção para o período.

DISCRIMINAÇÃO	Programada Período	no	Realizada Período	no	% Real / Progr.
<b>Transferências da União</b>	<b>14.335.725,83</b>		<b>13.517.964,88</b>		<b>94,30%</b>
Cota parte do F P M	9.046.000,00		8.733.415,33		96,54%
Cota parte do I T R	1.428.180,60		1.644.882,46		115,17%
Cota parte da LC 87/96	80.500,00		0,00		0,00%
Cota Parte Fundo Especial	140.500,00		123.835,34		88,14%
Transferências do SUS	1.797.369,23		1.216.026,75		67,66%
Transferências do F N A S	255.120,00		137.589,54		53,93%
Transferências do F N D E	720.000,00		591.964,63		82,22%
Transferências Emendas Parlam.	450.000,00		650.000,00		144,44%
Outras Transferências da União	418.056,00		420.250,83		100,52%
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Programada</b>	<b>no</b>	<b>Realizada</b>	<b>no</b>	<b>%</b>
	<b>Período</b>		<b>Período</b>		<b>Real.</b>
					<b>/</b>
					<b>Prev.</b>
<b>Transferências do Estado</b>	<b>15.445.947,65</b>		<b>16.496.257,22</b>		<b>106,80%</b>
Cota Parte do I C M S	11.989.580,77		13.464.430,84		112,30%
Cota Parte do I P V A	1.895.500,00		1.694.226,97		89,38%
Cota Parte do IPI / Exportação	221.000,00		200.526,08		90,74%
Cota parte da C I D E	23.450,00		10.829,63		46,18%
Transf. do Fundo Estadual Saúde	669.416,88		547.472,67		81,78%
Outras Transferências do Estado	3.000,00		2.435,87		81,20%
Transferências de Convênios	644.000,00		576.335,16		89,49%
<b>Outras Transferências</b>	<b>27.200,00</b>		<b>15.848,21</b>		<b>58,26%</b>
Transferências de Pessoas/Instituições/Outras	27.200,00		15.848,21		58,26%
<b>TOTAL</b>	<b>29.808.873,48</b>		<b>30.030.070,31</b>		<b>100,74%</b>





## 5 – Conclusão

Por fim, destacamos que todas as ações desenvolvidas estão retratadas nas demonstrações contábeis e orçamentárias e os aspectos mais relevantes da execução orçamentária encontram-se apresentadas nesta exposição circunstanciada. Todavia, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e apresentação de documentos que se façam necessários para cumprimento do mandamento constitucional de prestar contas.

Chapada - RS, 27 de janeiro de 2020.

CARLOS ALZENIR CATTO  
PREFEITO MUNICIPAL